

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.458.177 - SP
(2019/0061741-6)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : JOAO BATISTA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : BRUNO PAPILE POLONI - SP229008
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. INTIMAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO. DISPENSABILIDADE. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. INADEQUAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. De início, *"É incabível a oposição de embargos de declaração para prequestionar matéria constitucional, sob pena de usurpação da competência reservada à Corte Suprema"* (AgRg no AREsp 943.058/RN, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 4/8/2016, DJe 12/8/2016).

2. *"O fato de o voto ser idêntico à decisão monocrática atacada pelo regimental não implica em omissão, pois 'É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agrado regimental deve trazer argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão impugnada por seus próprios fundamentos.'* (AgInt no HC 445.775/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 23/8/2018, DJe 31/8/2018) (EDcl no AgRg no AREsp 1360669/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019)" (EDcl no AgRg no AREsp 1383669/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 4/4/2019, DJe 9/4/2019).

3. Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça – RISTJ, que disciplina o manejo do agrado regimental em matéria penal, o feito será apresentado em mesa, dispensando, pois, a prévia inclusão em pauta e, conseqüentemente, a necessidade de intimação da data do julgamento. Precedentes (EDcl no AgRg no REsp 1688309/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 27/8/2019, DJe 4/9/2019).

4. Assim, o acórdão embargado não ostenta nenhum dos vícios elencados no art. 619 do Código de Processo Penal – CPP. Observa-se que o embargante pretende, em verdade, a modificação do provimento anterior, com a rediscussão da questão, o que não se coaduna com a medida integrativa.

Superior Tribunal de Justiça

5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator